

TOCANTINS ENERGÉTICA S/A
CNPJ Nº 01.673.025/0001-19

Relatório da Administração

Dando cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, clientes, fornecedores e à sociedade em geral, este relatório da administração e as demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em **31/12/2025**, acompanhado do relatório dos auditores independentes. Os resultados de 2025 foram positivos, apesar dos fortes desafios enfrentados. Em 2025 a hidrologia foi o principal driver de formação de preço da energia elétrica. O período foi desafiador, notadamente no segundo semestre, com afluências abaixo da média histórica que reduziram os níveis dos reservatórios e impulsionaram o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) para patamares superiores aos de 2024. Essa valorização do preço de energia é negativa nos momentos de exposição, mas permite a captura de uma margem interessante na comercialização de curto prazo, muito embora a quantidade de energia livre para novas contratações pela Companhia seja pequena. A Companhia logrou o êxito de auferir uma receita líquida da ordem de R\$ 13.216 milhões e lucro líquido de R\$ 4.717 milhões, reafirmando a segurança e a vantagem estratégica de nosso posicionamento técnico no sistema. Recife - PE. A Diretoria."

Diretores:

Ricardo Jerônimo Pereira Rêgo Júnior
Adriano Bezerra Magalhães

Amilton Queiroz da Silva
Contador - CRC PE - 013330/O-3

Tocantins Energética S.A.

Demonstrações Contábeis
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Acionistas da
Tocantins Energética S.A.
Recife - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Tocantins Energética S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tocantins Energética S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, em 24 de abril de 2025, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações contábeis

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 22 de maio de 2026

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” PE

Matheus M. Maia

Matheus Mezer Maia
Contador
CRC nº 1 CE 027557/O-4

TOCANTINS ENERGÉTICA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u> <u>explicativa</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	12.467	25.108
Contas a receber	4	1.057	1.379
Tributos a recuperar		76	511
Adiantamentos a fornecedores		8	12
Despesas antecipadas		116	116
Outros créditos		<u>68</u>	<u>20</u>
Total do ativo circulante		<u>13.792</u>	<u>27.146</u>
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo:			
Tributos a recuperar		106	96
Depósitos judiciais		13	-
Imobilizado	5	13.636	14.257
Intangível	6	<u>578</u>	<u>704</u>
Total do ativo não circulante		<u>14.333</u>	<u>15.057</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>28.125</u></u>	<u><u>42.203</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TOCANTINS ENERGÉTICA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
CIRCULANTE			
Fornecedores	7	521	525
Salários e encargos sociais a pagar	8	483	471
Tributos a recolher	10	784	405
Dividendos propostos e a pagar	11	1.180	16.675
Outras contas a pagar		<u>9</u>	<u>5</u>
Total do passivo circulante		<u>2.977</u>	<u>18.081</u>
NÃO CIRCULANTE			
Outras contas a pagar		9	39
Provisão para contingências	9	<u>-</u>	<u>1.000</u>
Total do passivo não circulante		<u>9</u>	<u>1.039</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11		
Capital social		18.001	18.001
Reservas de lucros		<u>7.138</u>	<u>5.082</u>
Total do patrimônio líquido		<u>25.139</u>	<u>23.083</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>28.125</u>	<u>42.203</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TOCANTINS ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por ação em reais)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	13.216	13.758
CUSTO COM A VENDA DE ENERGIA	13	(10.760)	(10.959)
LUCRO BRUTO		<u>2.456</u>	<u>2.799</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	13	(2.616)	(2.212)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	13	<u>4.079</u>	<u>(5)</u>
Total das receitas (despesas) operacionais		1.463	(2.217)
Lucro antes do resultado financeiro		<u>3.919</u>	<u>582</u>
Receitas financeiras	14	3.410	2.749
Despesas financeiras	14	(6)	(5)
RESULTADO FINANCEIRO		<u>3.404</u>	<u>2.744</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>7.323</u>	<u>3.326</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	15	(2.606)	(1.350)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>4.717</u>	<u>1.976</u>
Lucro por ação - R\$		81.326,23	34.060,66

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TOCANTINS ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	4.717	1.976
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>4.717</u>	<u>1.976</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TOCANTINS ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Dividendos adicionais propostos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		18.001	3.600	5.869	-	27.470
Distribuição de dividendos	11	-	-	(5.869)	-	(5.869)
Lucro líquido do período		-	-	-	1.976	1.976
Destinação do lucro:	11					
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(494)	(494)
Dividendos adicionais propostos		-	-	1.482	(1.482)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		18.001	3.600	1.482	-	23.083
Distribuição de dividendos	11	-	-	(1.482)	-	(1.482)
Lucro líquido do período		-	-	-	4.717	4.717
Destinação do lucro:	11					
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(1.179)	(1.179)
Dividendos adicionais propostos		-	-	3.538	(3.538)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		18.001	3.600	3.538	-	25.139

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TOCANTINS ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período		4.717	1.976
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período:			
Depreciação e amortização	13	1.051	1.042
Imposto de renda e contribuição social	15	2.606	1.350
Reversão provisão para contingências	9	(1.000)	-
		<u>7.374</u>	<u>4.368</u>
(Acréscimo) decréscimo de ativos:			
Contas a receber		441	369
Tributos a recuperar		425	59
Adiantamentos a fornecedores		4	18
Depósitos judiciais		(14)	-
Outros créditos		(47)	(15)
Despesas antecipadas		-	(8)
Partes relacionadas		<u>(119)</u>	<u>-</u>
		<u>690</u>	<u>423</u>
Acréscimo (decréscimo) de passivos:			
Fornecedores		(4)	(64)
Salários e encargos sociais a pagar		13	8
Tributos a recolher		(1.042)	(542)
Partes relacionadas		-	-
Outras contas a pagar		<u>(27)</u>	<u>17</u>
		<u>(1.060)</u>	<u>(581)</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		7.004	4.210
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(1.185)</u>	<u>(933)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>5.819</u>	<u>3.277</u>

TOCANTINS ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Adições ao imobilizado	5	(304)	(149)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(304)	(149)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamentos de dividendos	11	(18.156)	(5.100)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(18.156)	(5.100)
DECRÉSCIMO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(12.641)	(1.972)
Caixa e equivalentes de caixa:			
No final do exercício		12.467	25.108
No início do exercício		25.108	27.080
DECRÉSCIMO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(12.641)	(1.972)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TOCANTINS ENERGÉTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

1.1. Objeto social

A Tocantins Energética S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade do Recife/PE. A Companhia tem por principal atividade econômica a geração e a comercialização de energia elétrica através do aproveitamento de recursos hídricos naturais, mediante autorização do poder Público competente.

1.2. Autorização para produção de energia elétrica

Energia Elétrica, para explorar os potenciais hidráulicos da PCH Dianópolis, com potência instalada de 5,5 MW, no rio Manuel Alvinho, PCH Diacal II, com potência instalada de 5,04 MW, no rio Palmeiras, ambas no município de Dianópolis e PCH Sobrado com potência instalada de 4,82 MW, no rio Sobrado, município de Taguatinga, todas essas usinas situadas no estado de Tocantins. O prazo das outorgas de autorização é de 30 (trinta) anos. As Garantias Físicas das referidas PCHs são: 3,88 MW médios, 4,09 MW médios e 3,01 MW médios, respectivamente.

1.3. Comercialização da energia elétrica

A Companhia comercializa energia no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As Demonstrações Contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os documentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC como Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC.

O exercício social da Companhia compreende o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

As Demonstrações Contábeis Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas para emissão em reunião da diretoria realizada em 22 de maio de 2026.

2.1. Reconhecimento de receita

Receita das operações

A receita de venda de energia é reconhecida no resultado quando: (i) seu valor pode ser mensurado de forma confiável; (ii) todos os riscos e benefícios inerentes à venda de energia são transferidos para o cliente; (iii) a Companhia não detém mais o controle ou a responsabilidade sobre a venda de energia; e (iv) é provável que os benefícios econômicos serão gerados a favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto a sua realização.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é reconhecida utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é evidenciada como receita financeira, na Demonstração do Resultado do período.

2.2. Tributação

Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, respectivamente. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do Balanço.

A tributação sobre o lucro da Companhia tem por base o “Lucro Presumido”. Os tributos incidentes são reconhecidos e registrados com base no Princípio da Competência.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

(i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis, o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e (ii) valores a receber e a pagar apresentados conjuntamente com o valor dos impostos sobre vendas.

2.3. Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui os títulos e valores mobiliários classificados nesta categoria.

Mensurados pelo custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os principais ativos financeiros que a Companhia possui e mantém classificados nesta categoria são caixa e equivalentes de caixa.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

De acordo com a NBC TG 48, a Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para o futuro para todos os instrumentos de dívida que não sejam mantidos pelo valor justo por meio do resultado e ativos de contrato. A Administração revisou o cálculo de valor recuperável de seus ativos financeiros e não julgou necessário reconhecer qualquer perda estimada por redução ao valor recuperável de contas a receber.

ii) Passivos financeiros

Mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia são contas a pagar a fornecedores, dividendos propostos e a pagar e outras contas a pagar.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata, com prazo de vencimento inferior a 90 dias, em um montante conhecido de caixa, e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira ou investimento temporário, normalmente, se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento no curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.5. Imobilizado

São apresentados ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os custos de reparos e manutenção são reconhecidos na Demonstração do Resultado do período, quando incorridos.

A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 5, definidas por meio de regulamentação da ANEEL, as quais levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

2.6. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo de aquisição, no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas acumuladas para redução ao valor recuperável, quando incorridos e aplicáveis, respectivamente.

2.7. Perda pela redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é reconhecida uma perda estimada pela desvalorização do ativo, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.8. Provisões

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; (ii) é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa ao reconhecimento de qualquer provisão é apresentada na Demonstração do Resultado do período.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

2.9. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.10. Novos pronunciamentos e interpretações contábeis

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC como Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC, que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia, são os seguintes:

Alterações nas normas contábeis com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026:

<u>Norma</u>	<u>Descrição da alteração</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo por meio dos outros resultados abrangentes; e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2026, aplicação retrospectiva

<u>Norma</u>	<u>Descrição da alteração</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 18 (CPC 51): Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	A nova norma introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 (CPC 51) substituirá a IAS 1 (CPC 26): Apresentação das Demonstrações Contábeis.	01/01/2026, aplicação retrospectiva

A Companhia espera impactos substanciais na apresentação da Demonstração do Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, decorrentes da aplicação da IFRS 18/CPC 51, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC como NBC TG 51. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este normativo em suas Demonstrações Contábeis.

Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com datas de vigência estabelecidas em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fundo fixo de caixa	3	4
Contas bancárias	103	61
Aplicações financeiras	<u>12.361</u>	<u>25.043</u>
	<u>12.467</u>	<u>25.108</u>

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a operações compromissadas com remunerações que variam entre 90% e 101% (2024: 90% e 101%) da taxa de Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Essas operações possuem liquidez imediata.

4. CONTAS A RECEBER

Referem-se a contas a receber de clientes decorrentes da venda de energia elétrica. Essas contas a receber de clientes, em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$1.057 (2024: R\$1.379), são compostas, substancialmente, por valores recebíveis no prazo médio de 30 dias. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia concluiu não haver necessidade de reconhecer perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa.

5. IMOBILIZADO

Descrição	Taxas médias anuais de depreciação	Saldos em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2025
Custo contábil:						
Terrenos	-	1.180	-	-	-	1.180
Reservatórios, barragens e adutoras	2% a 4%	6.330	-	-	-	6.330
Edificações, obras civis e benfeitorias	4%	8.070	-	-	-	8.070
Móveis e utensílios	10%	23	1	-	5	29
Computadores e periféricos	10% a 20%	228	-	-	-	228
Máquinas e equipamentos	2,5% a 10%	19.760	112	-	65	19.937
Ferramentas	10%	45	-	-	-	45
Veículos	10% a 20%	227	-	(45)	126	308
Adiantamento a fornecedores	-	5	191	-	(196)	-
Total do custo		35.868	304	(45)	-	36.127
Total da depreciação acumulada		(21.611)	(925)	45	-	(22.491)
		<u>14.257</u>	<u>(621)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13.636</u>

6. INTANGÍVEL

	Saldos em 31/12/2024	Adições	Saldos em 31/12/2025
Custo			
Direitos de concessão	2.595	-	2.595
	<u>2.595</u>	<u>-</u>	<u>2.595</u>
Amortização acumulada	(1.891)	(126)	(2.017)
	<u>704</u>	<u>(126)</u>	<u>578</u>

7. FORNECEDORES

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	521	525
	<u>521</u>	<u>525</u>

8. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR

	31/12/2025	31/12/2024
Salários, impostos e participação nos lucros	171	167
Provisões de férias e 13º salário	312	304
	<u>483</u>	<u>471</u>

9. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia está exposta a contingências de natureza cível decorrentes do curso normal de suas operações. A política de provisão adotada pela Companhia leva em consideração as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da própria Companhia, amparada na opinião de seus assessores legais.

No período, as contingências da Companhia configuraram a seguinte movimentação:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	1.000	1.000
Constituição (reversão)	<u>(1.000)</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u>-</u>	<u>1.000</u>

O saldo da contingência de R\$1.000, em 31 de dezembro de 2024, refere-se à ação civil pública, ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF) contra a Companhia, em razão da desfiguração da paisagem cênica representada pela Cachoeira do Registro, infligindo danos de natureza cultural e ambiental, bem como a processos administrativos decorrentes de autuações lavradas pelo Ministério do Trabalho e Emprego contra a Companhia. Em 2025, a ação foi julgada procedente em favor à Companhia, e, portanto, foi efetuado a reversão do montante anteriormente reconhecido. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui causas passivas de natureza cível com probabilidade de perda possível, no montante de R\$297 (R\$0 em 31 de dezembro de 2024).

10. TRIBUTOS A RECOLHER

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
IRPJ	318	138
CSLL	366	103
PIS	7	8
COFINS	31	39
Outros tributos a recolher	<u>62</u>	<u>117</u>
Total	<u>784</u>	<u>405</u>

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 é de R\$18.001, representado por 58 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações pertence à acionista Brennand Investimentos S.A.

b) Reservas de lucros

i) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido anual conforme previsto na legislação societária vigente, limitada a 20% do capital social.

ii) Dividendos adicionais propostos

Em 14 de junho de 2024, os acionistas aprovaram, por meio de Assembleia Geral Ordinária (AGO), o pagamento de dividendos adicionais e dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$5.869, correspondentes ao exercício de 2023.

Em 11 de junho de 2025, os acionistas aprovaram, por meio de Assembleia Geral Ordinária (AGO), o pagamento de dividendos adicionais e dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$1.482, correspondentes ao exercício de 2024.

A Administração submeterá à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária, o pagamento de dividendos adicionais propostos ao mínimo obrigatório, no valor de R\$3.538, relativos ao resultado do exercício corrente.

c) Destinação dos lucros

De acordo com o Estatuto da Companhia é assegurado aos acionistas, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do período, ajustado na forma da legislação societária, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2025</u>
Lucro líquido do período	4.717
Constituição de reserva legal (*)	-
Base de cálculo para distribuição	<u>4.717</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	<u><u>1.179</u></u>

(*) Foi atingido o limite máximo de 20% do capital social.

A movimentação dos dividendos propostos e a pagar é a seguinte:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	16.675	15.412
Dividendos adicionais propostos aprovados	1.482	5.869
Dividendos mínimos obrigatórios	1.179	494
Dividendos pagos	<u>(18.156)</u>	<u>(5.100)</u>
Saldo final	<u><u>1.180</u></u>	<u><u>16.675</u></u>

12. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita operacional bruta:		
Vendas de energia	<u>13.716</u>	<u>14.268</u>
	13.716	14.268
Impostos e deduções sobre as vendas	<u>(501)</u>	<u>(510)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>13.216</u></u>	<u><u>13.758</u></u>

13. CONCILIAÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS POR FUNÇÃO E NATUREZA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Por função:		
Custos da venda de energia	(10.760)	(10.959)
Gerais e administrativas	(2.616)	(2.212)
Outras receitas operacionais, líquidas	<u>4.079</u>	<u>(5)</u>
	<u><u>(9.297)</u></u>	<u><u>(13.176)</u></u>

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Por natureza:		
Pessoal	(4.022)	(3.924)
Depreciação e amortização	(1.051)	(1.042)
Materiais	(487)	(684)
Serviços de terceiros	(1.958)	(1.774)
Mercadoria para revenda	-	(173)
Encargos de conexão/uso do sistema	(3.043)	(2.456)
Liquidação financeira - CCEE	(1.945)	(2.159)
Multa contratual	3.056	-
Outras receitas (despesas), líquidas	<u>153</u>	<u>(964)</u>
	<u>(9.297)</u>	<u>(13.176)</u>

14. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicações financeiras	3.407	2.740
Juros ativos	-	9
Outras	<u>3</u>	<u>-</u>
	<u>3.410</u>	<u>2.749</u>
Despesas financeiras:		
Variação cambial e monetária	(3)	(2)
Comissões e despesas bancárias	<u>(3)</u>	<u>(3)</u>
	<u>(6)</u>	<u>(5)</u>
Resultado financeiro	<u>3.404</u>	<u>2.744</u>

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro apresentados na Demonstração do Resultado apresentam a seguinte reconciliação à alíquota efetiva:

	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Receita bruta de venda de energia	13.716	13.716	14.268	14.268
Alíquota de presunção do imposto - venda de energia	<u>8%</u>	<u>12%</u>	<u>8%</u>	<u>12%</u>
	1.097	1.646	1.141	1.712
Receita financeira	3.410	3.410	2.749	2.749
Outras receitas	3.082	3.082	-	-
Parcela de dedução	<u>(240)</u>	<u>-</u>	<u>(240)</u>	<u>-</u>
Base de cálculo Lucro Presumido	<u>7.349</u>	<u>8.138</u>	<u>3.650</u>	<u>4.461</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	1.873	733	949	401
Alíquota efetiva	25%	9%	26%	9%

16. COMPROMISSOS

Com base na comercialização de energia efetivamente realizada em exercícios anteriores, a Companhia prevê que a comercialização de energia para os exercícios futuros será equivalente à sua geração histórica que é equivalente à sua garantia física, para os compromissos a serem assumidos pela Companhia:

Ano	Quantidade de MWh
2026	96.185
2027	96.185
2028	96.448
2029	96.185
2030	96.185
2031 até o final da autorização/concessão	91.968
	<u>573.156</u>

A Companhia está inscrita no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que visa o compartilhamento dos recursos hídricos que afetam os agentes de geração, buscando garantir a otimização dos recursos hidrelétricos do Sistema Interligado Nacional (SIN). Esse mecanismo realoca a energia, transferindo o excedente daqueles que geraram além de sua garantia física para aqueles que geraram abaixo, mitigando a exposição às variações no preço de energia.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS, OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

a) Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, dividendos e outras contas a pagar.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía em aberto operações de “hedge”, “swap” ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativo.

b) Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a contas a pagar a fornecedores, dividendos e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa que resultam diretamente de suas operações.

A Companhia está exposta a riscos de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Considerando que a Companhia está inserida na cadeia de comercialização de energia elétrica, a ocorrência deste risco pode manifestar-se eventualmente através da regulamentação da política de preços por parte dos órgãos reguladores. Essa possibilidade é considerada remota na opinião da Administração.

Risco de taxas de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia, ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “swap” contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada, estando sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Companhia em relação a esse risco.

Os limites de crédito são estabelecidos e a qualidade do crédito é avaliada para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência e os contratos de venda costumam ter garantias firmadas ou outras formas de seguro de crédito.

A necessidade do reconhecimento de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes.

Risco de liquidez

A Companhia tem como objetivo principal a utilização de recursos oriundos apenas do seu fluxo de caixa operacional e/ou oriundos de partes relacionadas, deixando para recorrer a empréstimos bancários de longo prazo apenas quando os seus fluxos de caixa operacionais e/ou recursos oriundos intragrupo forem insuficientes para fazer frente às suas necessidades de caixa e financiamento.

18. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros para risco operacional, com importâncias seguradas (LMGA - Limite Máximo de Garantia da Apólice) de R\$270.108, para todas as empresas/usinas hídricas do Grupo Brennand Investimentos.

Adicionalmente, a Companhia mantém cobertura de seguros para responsabilidade civil com importâncias seguradas (LMGA - Limite Máximo de Garantia da Apólice) de R\$50.000 para todas as empresas/usinas hídricas dos Grupos Brennand Energia e Brennand Investimentos, abrangendo na condição de cosseguradas, todas as suas subsidiárias que estão em operação comercial.

O valor dos seguros contratados em 31 de dezembro de 2025 é considerado suficiente pela Administração, amparada na opinião de assessores especialistas em seguros da Companhia, para cobrir eventuais perdas.
